

Escada, 26 de outubro de 2016.

MENSAGEM N° 020/2016.

Exmos.

Senhor Presidente e

Senhoras e Senhores Vereadores:

CÂMARA MUNICIPAL DA ESCADA

DOC. N°

DATA

289
29 / 09 / 2016

Funcionária(o)

APRESENTA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
DO MUNICÍPIO - LOA 2017

I - PREÂMBULO

O Chefe do Poder Executivo tem a honra de apresentar à Câmara de Vereadores a proposta do Orçamento Municipal para o exercício de 2017, composta do texto legal e anexos, elaborada de acordo com as normas constitucionais e infraconstitucionais vigentes e com as disposições do Plano Plurianual 2014/2017, incluídas as atualizações contidas no Projeto de Revisão do PPA para 2017, também apresentado nesta data, por determinação expressa nos incisos III e IV do § 1º do art. 124, da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/2008.

A proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA/2017), ora apresentada, também atende as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2017) e contém os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), discriminados nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

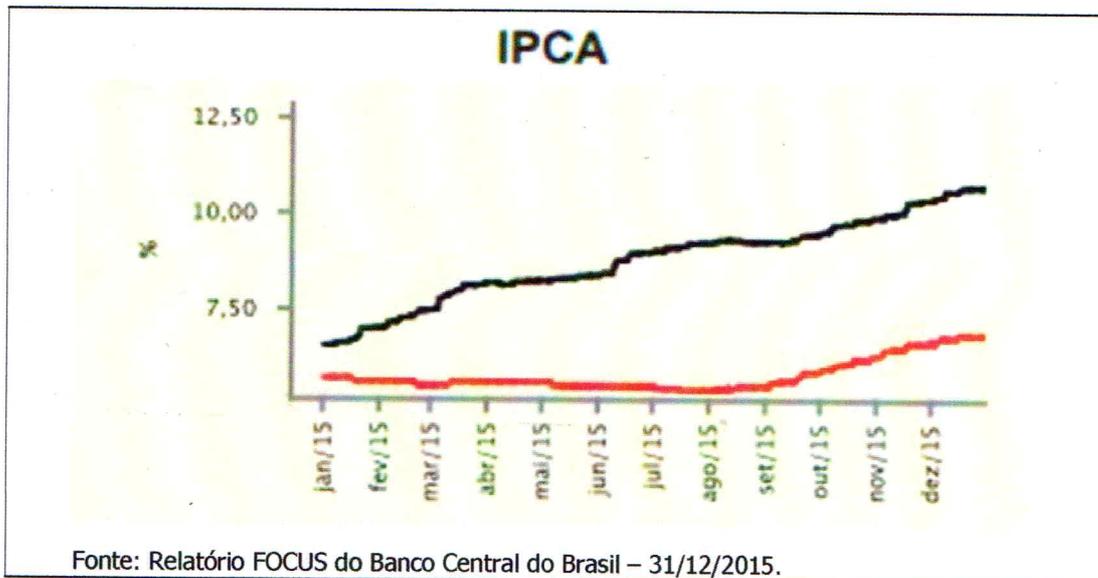
Para conhecimento de Vossas Excelências, atendendo as disposições expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentamos as seguintes considerações:

II. CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

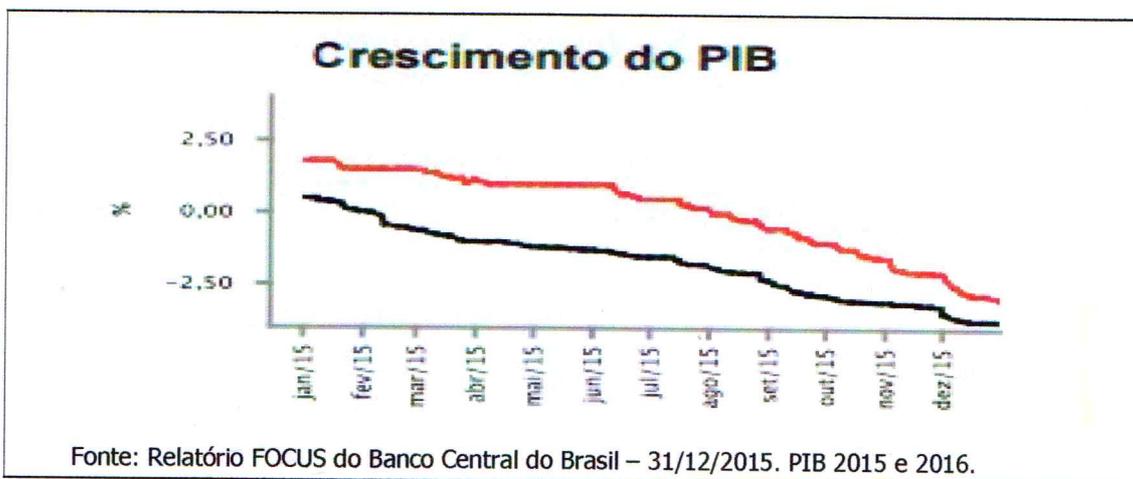
O quadro macroeconômico retrata um cenário de forte deterioração da economia, com significativa desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), que passou de um crescimento de 3,0% em 2013 para uma retração de **- 3,8%** em 2015, que trouxe como consequências desemprego, baixa arrecadação e desconfiança. A desaceleração econômica foi acompanhada de forte crise hídrica, problemas com a governabilidade, inflação fora de controle e resultados fiscais típicos de períodos recessivos.

Conforme ilustra o gráfico abaixo, do Relatório Focus do Banco Central do Brasil publicado em 31 de dezembro de 2015, onde a linha preta representa a inflação de 2015 e a linha vermelha as projeções, para o exercício de 2016, vê-se a trajetória ascendente do IPCA. Ou seja, inflação crescente.



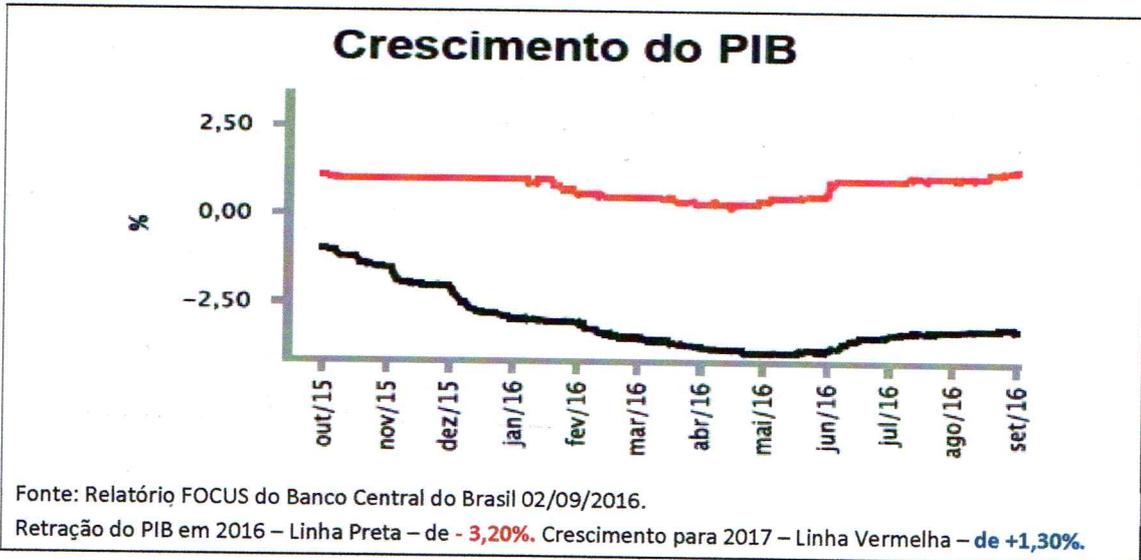


Na mesma publicação, conforme está ilustrado no gráfico abaixo, o comportamento do PIB estava em trajetória descendente. A linha preta representa 2015 e a linha vermelha as projeções, feitas na ocasião para 2016.

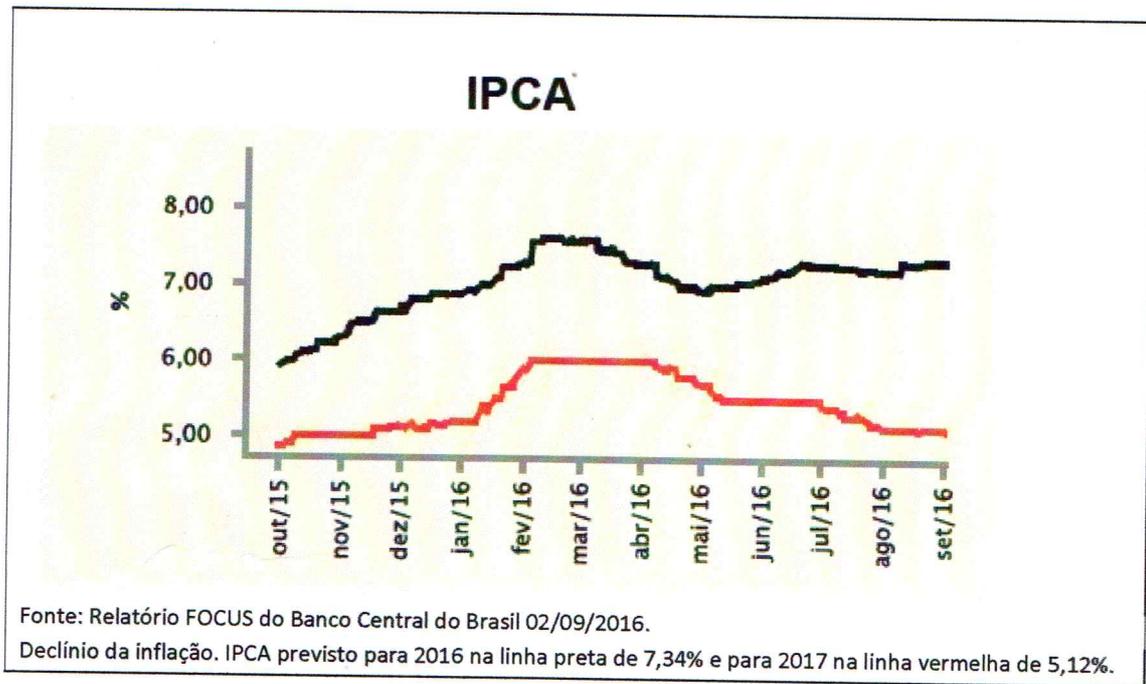


A evolução do cenário, estudada recentemente pelo Banco Central e apresentada no Relatório FOCUS, publicado em 02 de setembro de 2016, mostra o comportamento do PIB e do IPCA, onde os gráficos reproduzidos a seguir demonstram a economia ainda em recessão, com o PIB estimado para 2016 em **-3,20%**, conforme curva representada pela linha preta, enquanto que para 2017, representado pela linha vermelha, tem-se uma perspectiva de crescimento do PIB de 1,30%.





Conforme gráfico abaixo, o comportamento da inflação é declinante.



Vislumbra-se a partir de 2017 o início da retomada do crescimento do PIB (+ 1,30%) e o retorno da inflação a níveis mais baixos (5,12%).



3

III - RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL DO GOVERNO MUNICIPAL

Diante da perspectiva apresentada foram projetadas as receitas e fixadas as despesas na proposta orçamentária para 2017, em consonância com o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2017, que deram a dimensão do Orçamento Municipal para o próximo exercício.

As despesas com a seguridade social estão fixadas na proposta orçamentária para 2017 em R\$ 51.038.200,00, compreendendo:

- a) Orçamento da Saúde: R\$ 28.600.350,00;
- b) Orçamento de Assistência Social: 6.273.850,00; e
- c) Orçamento da Previdência Própria: R\$ 16.164.000,00.

As despesas para educação constam na LOA/2017 no montante de R\$ 50.655.000,00 (Cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil reais).

Os programas de assistência direta aos alunos do Sistema Municipal de Ensino estão fortemente consignados no presente orçamento, como nos programas abaixo:

- a) Transporte Escolar: R\$ 1.761.000,00
- b) Alimentação Escolar: R\$ 815.000,00

Os investimentos na área ambiental e em saneamento básico, que têm grande alcance na área de saúde e bem-estar social estão presentes na LOA, como nas funções exemplificadas abaixo:

- a) Saneamento básico: R\$ 300.000,00;
- b) Preservação e conservação ambiental: R\$ 1.230.000,00.

Ressalte-se ainda, que as finanças municipais são oneradas pelos custos das crescentes transferências de atribuições aos Municípios, em decorrência da implantação de políticas públicas estruturadas nacionalmente para atender demandas crescentes da sociedade, onde a parte operacional e os custos, notadamente de pessoal, recaem fortemente na esfera municipal, dentre os quais programas sociais e de saúde.

Em benefício da população, o Município também precisa acudir outras esferas de governo para melhoria de ações voltadas para áreas deficitárias como a segurança pública, que constitucionalmente é obrigação do Estado.

Serão empreendidos esforços para manter o regular funcionamento dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a execução das ações vinculadas aos programas de trabalho do governo, para prestação dos serviços públicos e aprimoramento do atendimento direto à população.

Todavia, não se pode esquecer que continuamos com baixa precipitação pluviométrica, que levou a uma das piores secas que se tem notícia no Nordeste, fator que tem influenciado negativamente nas atividades econômicas regionais e



certamente, ainda repercutirá no prolongamento do período de recuperação econômica de nossa região.

IV - JUSTIFICATIVAS DA RECEITA ESTIMADA E DA DESPESA FIXADA

A proposta orçamentária ora apresentada está focada em um cenário, para o ano que vem, de melhoria do processo recessivo. Ao contrário da proposta de 2016, onde se previa retração de -2,55% no PIB, a perspectiva para 2017 é de crescimento acima de 1,0%, em trajetória ascendente. Com a melhoria da atividade econômica, certamente, teremos reflexos diretos no aumento das receitas públicas.

No tocante a despesa fixada, a proposta orçamentária contempla:

- a) Os programas definidos no Plano Plurianual;
- b) As metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) Os dispêndios específicos de cada dotação observados no período de janeiro a agosto do corrente exercício;
- d) O aumento real do salário mínimo incrementando o nível de expansão das despesas de pessoal; e
- e) A perspectiva de inflação elevada, ainda que a trajetória esteja em declínio.

A projeção da receita total no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 foi de R\$ 147.571.000,00, enquanto que a receita total estimada na Lei Orçamentária Anual (LOA/2017), ora apresentada ao Poder Legislativo é de R\$ 155.871.000,00.

Quanto às despesas, o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2017 projetou a despesa total em R\$ 147.571.000,00, enquanto que a despesa total da presente proposta orçamentária é de R\$ 155.871.000,00.

Por conseguinte, a diferença entre o valor estimado na LDO e da Proposta Orçamentária refere-se ao orçamento do consórcio CONSUL que o município participa.

São projeções que se situam dentro da capacidade de custeio e investimentos do Município para o próximo exercício, complementadas por transferências voluntárias do Estado e da União e reguladas pela programação financeira e pelo cronograma de desembolso, com as medidas indicadas na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso haja frustração de receita e necessidade de contingenciamento de despesa.

No aspecto financeiro, pelas razões citadas, estamos considerando na proposta orçamentária para 2017 os valores projetados na LDO, que, apesar do aumento de despesas com o serviço da dívida, notadamente a previdenciária, será assegurada a manutenção das atividades e dos serviços públicos, bem como os compromissos serão resgatados de forma regular, justificando uma política de equilíbrio das contas públicas.



Foi fixado no Orçamento para Despesas de Capital o montante de R\$ 16.126.000,00 que representa 10,35% da proposta que esta sendo apresentada, incluindo recursos transferidos e contrapartidas do Município.

A realização desta despesa depende de significativa transferência de recursos da União para o Município, como está discriminado nos anexos da LOA/2017.

A relação entre receitas correntes e despesas correntes, coerente com a política de equilíbrio orçamentário, resulta em um superávit corrente de R\$ 15.029.000,00 conforme é observado na demonstração das receitas e despesas segundo as categorias econômicas, que será utilizado na amortização de dívidas, realização de investimentos em obras públicas, aquisição de bens e reserva de contingência.

V - GESTÃO ASSOCIADA POR MEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Em decorrência da participação do Município em consórcio público, constam dotações na proposta orçamentária para assegurar a manutenção de consórcios e também para gestão associada de serviços públicos, nos termos da legislação aplicável.

Para manutenção do Consórcio Público dos Municipal da Mata Sul Pernambucana estão previstas dotações no valor de R\$ 70.000,00.

Para a gestão associada foram consignadas dotações destinadas a delegação a consórcios para execução de ações, num total de R\$ 8.300.000,00.

VI - ORÇAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

Integra a proposta orçamentária o orçamento do RPPS, elaborado de acordo com a legislação específica, no valor de R\$ 16.164.000,00 , para receitas e despesas.

Podemos destacar como mais relevantes às despesas com aposentadorias no valor de R\$ 12.000.000,00, pensões de R\$ 2.740.000,00 e R\$ 474.000,00, com outros benefícios previdenciários.

VII - OBSERVAÇÕES GERAIS

O valor da reserva de contingência atenderá aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000 e do limite estabelecido na LDO/2017, inclusive para reforço de dotações necessárias ao combate aos efeitos de fenômenos meteorológicos em nossa região e ações de defesa civil, na eventualidade de ocorrer casos de emergência, calamidade pública e situações anormais imprevistas.



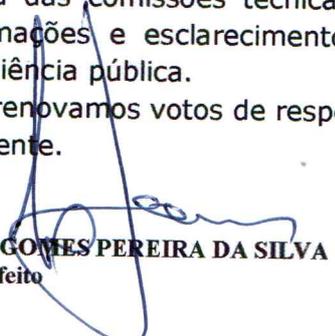
No tocante a reduções na arrecadação decorrentes de novas isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios, de natureza financeira e tributária, consta o Demonstrativo do Efeito sobre Receitas e Despesas, decorrentes de isenções, anistias e outros Benefícios Fiscais, consoante art. 165, § 6º da Constituição Federal.

A compatibilidade da programação da proposta orçamentária com o PPA e com os objetivos e metas do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de que trata o inciso I do art. 5º da LRF, observada nos diversos anexos e demonstrativos que integram e acompanham a proposta ora apresentada, evidencia a permanente preocupação do governo com o cumprimento da lei e seus limites, assim como justifica a estruturação do orçamento por fontes de recursos.

Oferecidas às informações prescritas em lei, ficamos na expectativa da aprovação do projeto, ao tempo em que nos colocamos à disposição de Vossas Excelências e/ou das comissões técnicas do Poder Legislativo Municipal, para quaisquer informações e esclarecimentos que porventura sejam necessários, inclusive em audiência pública.

Ao ensejo, renovamos votos de respeito e consideração.

Atenciosamente.


LUCRECIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA
Prefeito

